À espera de novas leis

O estabelecimento de uma rotina de inspeções periódicas nas construções mais antigas e a exigência do uso de produtos certificados podem contribuir para aumentar a segurança das edificações.

POR PAULO MARTINS

Neste exato momento, moradores e ocupantes de milhares de residências, lojas, fábricas e estabelecimentos de serviços espalhados por todo o País podem estar com sua segurança ameaçada. Os riscos que pairam sobre essas pessoas decorrem de um problema comum no Brasil: o mau estado de muitas edificações, situação essa que pode envolver desde a estrutura dos prédios até os sistemas internos de eletricidade, gás e combate a incêndio.

Distúrbios capazes de comprometer o uso seguro dessas utilidades normalmente são consequência de fatores como falta de projeto, utilização de materiais de má qualidade, contratação de mão de obra desqualificada ou simplesmente da falta de manutenção periódica. Mas hoje é praticamente impossível calcular a dimensão exata do problema, pois não há no País nenhum tipo de levantamento específico sobre as condições em que se encontra cada imóvel.

Na tentativa de tentar combater essa situação, agentes ligados ao setor da construção civil defendem a criação de uma lei que torne obrigatória a realização de inspeções periódicas nas edificações antigas para verificar as reais condições a que está sujeita a população. Acredita-se que esse instrumento, ainda que gradativamente, proporcionará maior segurança à sociedade.

Pelo menos em tese, as edificações mais novas tendem a ser mais seguras, por conta do surgimento de novos regulamentos. É o caso de três normas técnicas relativamente recentes: ABNT NBR 15.575:2013 - Edificações Habitacionais - Desempenho; ABNT NBR 5.674:2012 - Gestão de Manutenção e ABNT NBR 16.280:2014 - Gestão de Reformas. Outro fator que tem contribuído para o melhor desempenho da construção civil é o desenvolvimento contínuo de novos materiais, equipamentos e processos construtivos, além de técnicas mais modernas de manutenção e retrofit.

Foto: ShutterStock

O grande problema, portanto, concentra-se nas edificações mais antigas - em especial aquelas cujo Habite-se foi emitido há mais de 15 anos. Acredita-se que esse tipo de imóvel, de maneira geral, apresenta um potencial grande de risco à segurança, devido à maior chance de haver degradação de materiais e componentes, falhas ou inexistência de manutenções e reformas realizadas de forma indevida.

"Com o passar do tempo, todos os subsistemas de uma edificação, como estrutural, hidráulica, gás, elétrica e incêndio são passíveis de problemas. Daí a importância de se adotar inspeções periódicas e um plano de manutenção preventiva", justifica Valdemir Romero, diretor do Departamento da Indústria da Construção (Deconcic) da Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) e também coordenador do Grupo de Trabalho Segurança em Edificações do Deconcic.

Dados constantes no livro 'Panorama da situação das instalações elétricas prediais no Brasil', publicado em 2014 pelo Procobre (Instituto Brasileiro do Cobre), comprovam que a realidade nos edifícios mais antigos é crítica e, portanto, merece atenção especial. Mantido pelo Procobre, o Programa Casa Segura comandou um censo, na cidade de São Paulo, entre os anos de 2005 e 2006, através do qual constatou a existência de 16 mil edifícios residenciais com mais de 20 anos. Desse universo, foram escolhidos 150 prédios que teriam suas instalações elétricas avaliadas. Segundo o levantamento, nenhum dos edifícios apresentou condições totalmente seguras, de forma a atender aos requisitos das normas técnicas em vigor.

Da amostra de 150 prédios com mais de 20 anos, foram constatados os seguintes problemas: falta de condutor de proteção em 98% dos imóveis; dispositivo de proteção incompatível com os condutores em 93% dos casos; falta de dispositivo de proteção residual - DR (98%); falta de dispositivo contra sobretensão (100%); quadro de distribuição com partes energizadas acessíveis (79%) e evidência de aquecimento excessivo dos condutores (53%). Ou seja, é grande o risco de acidentes - inclusive fatais - envolvendo eletricidade nessas construções.

Foto: ShutterStock

O Grupo de Trabalho Segurança em Edificações, do Deconcic, entende que a exigência de realização de inspeções periódicas nas edificações antigas proporcionará a emissão de relatórios técnicos que apontarão a real situação das edificações. Com um diagnóstico preciso, será mais fácil traçar as ações necessárias para corrigir o que for necessário. Como os riscos podem ou não existir, Romero destaca que o principal objetivo do GT é ajudar a implantar a cultura da segurança pessoal e patrimonial na sociedade. "Neste sentido, os próprios usuários das edificações acima de 15 anos poderiam exigir inspeções periódicas para avaliar os riscos", vislumbra.

Caso a almejada lei vingue, poderiam ser estabelecidas etapas para implementação da mesma, de forma que o próprio processo contribua para a conscientização da população. Uma ideia cogitada é que a legislação englobe de imediato as edificações acima de 15 anos que tenham grande afluência de público. Após 3 anos, as regras passariam a valer para os prédios com mais de 15 anos, porém, não residenciais. Em uma terceira etapa, em 10 anos, a implementação atingiria as construções residenciais acima de 15 anos, porém, desde que tenham mais de 4 pavimentos. "Entendemos que a inspeção deve ser feita a cada três anos, respeitando as etapas de implementação", complementa Valdemir.

Embora alguns municípios possuam legislação a respeito do tema em questão, nem todos aplicam adequadamente as regras estabelecidas. A falta de mão de obra qualificada também não chega a ser o maior problema, pois existem muitos especialistas no mercado. Entretanto, prossegue Valdemir, ainda é necessário

SITUAÇÕES DE RISCO RELACIONADAS A FA

SUBSISTEMA ESTRUTURAL

Riscos e perigos

Colapso estrutural, rachaduras, trincas e fissuras:

- Projeto ou execução inadequados, sem atender aos padrões de segurança;
- Sobrepeso não previsto em projeto (acúmulo de entulho em lajes, instalação de banheiras, entre outros);
- Remoção de elementos estruturais durante reformas (pilar, parede);
- Impactos de grande porte;
- Movimentação térmica e vibrações não previstas em projeto;
- Falta de manutenção (oxidação de componentes metálicos, umidade e agentes biológicos em componentes de madeira, desplacamento e oxidação das ferragens em componentes de concreto armado);
- Incêndios que possam danificar as estruturas, não controlados pela falta de equipamentos adequados à sua prevenção e combate.

Como evitar os riscos e perigos

- Execução das estruturas respeitando as normas técnicas vigentes;
- Contratação de mão de obra capacitada e certificada;
- Utilização de materiais adequados e com qualidade garantida;
- Realização de inspeções periódicas e manutenções preventivas;
- Manter a edificação com toda a instalação de prevenção e combate a incêndio, conforme previsto no projeto aprovado pelo Corpo de Bombeiros.

Fotos: ShutterStock

SUBSISTEMA HIDRÁULICO

Riscos e perigos

Interrupção ou falhas no fornecimento de água potável:

- Projeto ou execução inadequados, prejudicando a vazão e a pressão necessárias para o correto funcionamento dos equipamentos/peças;
- Defeito ou falta de manutenção nas redes externa e interna.

Contaminação:

- Defeito ou falta de manutenção nas redes externa ou interna, provocando a contaminação da água por qualquer tipo de substância nociva à saúde humana;
- Defeito ou falta de manutenção na rede de coleta ou encaminhamento inadequado do esgoto, provocando a contaminação do meio ambiente.

Patologia predial (risco de segurança em edificações e perda de bens materiais):

- Defeito ou falta de manutenção nas redes externa ou interna, provocando infiltrações decorrentes de vazamentos da rede hidráulica.

Como evitar os riscos e perigos

- Execução das instalações respeitando as normas técnicas vigentes, incluindo a NR10, NR08 (Edificações), Anexos 3 (Calor), 8 (vibração) e 14 (agentes biológicos) e NR 24 (Condições Sanitárias e de Conforto nos Locais de Trabalho);
- Contratação de empresa instaladora capacitada e certificada;
- Utilização de mão de obra capacitada;
- Utilização de materiais adequados e com qualidade garantida;
- Realização de inspeções periódicas e manutenções preventivas.

LHAS NAS EDIFICAÇÕES E COMO EVITA-LAS

SUBSISTEMA GÁS

Riscos e perigos

Interrupção ou falhas no fornecimento de gás:

- Projeto ou execução inadequados, prejudicando a pressão necessária para o correto funcionamento dos aparelhos a gás;
- Defeito ou falta de manutenção nas redes externa e interna e nos aparelhos a gás.

Patologia predial (risco de segurança em edificações e perda de bens materiais):

- Defeito ou falta de manutenção nas redes externa e interna, e nos aparelhos a gás, provocando vazamentos, com possíveis explosões, incêndios e intoxicação, causando morte de seres humanos e animais, além de perda de bens materiais.

Como evitar os riscos e perigos

- Execução das instalações respeitando as normas técnicas vigentes;
- Contratação de empresa instaladora capacitada e certificada;
- Utilizar mão de obra qualificada;
- Utilização de materiais adequados e com a devida certificação compulsória do Inmetro;
- Realização de inspeções periódicas e manutenções preventivas. A ABNT NBR 15923 sobre Inspeção de rede de distribuição interna de gases combustíveis em instalações residenciais e instalação de aparelhos a gás para uso residencial - Procedimento, estabelece os requisitos técnicos a serem verificados durante as inspeções, bem como outros detalhes considerados relevantes ao adequado equacionamento da execução da inspeção.

SUBSISTEMA ELÉTRICO

Riscos e perigos

Interrupção no fornecimento de energia elétrica:

- Defeito em equipamentos elétricos;

Sobreaquecimento, sobrecarga, curto-circuito e defeitos de isolamento:

- Incêndio e explosões;
- Choques elétricos;
- Danos ao ser humano e animais, como parada respiratória, queimadura, tetanização, entre outros.

Como evitar os riscos e perigos

- Execução das instalações respeitando as normas técnicas vigentes, incluindo a NR10;
- Contratação de empresa instaladora capacitada e certificada;
- Utilização de mão de obra qualificada;
- Utilização de materiais adequados e com a devida certificação compulsória do Inmetro;
- Realização de inspeções periódicas e manutenções preventivas;
- Manutenção do sistema de pararaios, conforme as normas oficiais vigentes;

SUBSISTEMA INCÊNDIO

Riscos e perigos

Patologia predial (risco de segurança em edificações e perda de bens materiais):

- Defeito ou falta de manutenção no sistema de prevenção e combate a incêndios. Causando falhas ou interrupções em eventual situação de risco, dificultando o controle ou extinção do incêndio;
- Projeto ou execução inadequados, prejudicando o correto funcionamento dos equipamentos.

Como evitar os riscos e perigos

- Execução das instalações respeitando as normas técnicas vigentes;
- Contratação de empresa instaladora capacitada e certificada;
- Utilização de mão de obra qualificada;
- Utilização de materiais adequados e com a devida certificação compulsória do Inmetro;
- Realização de inspeções periódicas e manutenções preventivas;
- Manutenção dos sistemas de prevenção e combate a incêndios;
- Qualificação da equipe de brigada de emergência.

Fotos: ShutterStock

Fonte: Hotsite Guia da Edificação Segura - Fiesp

criar a cultura da segurança para garantir que essa mão de obra seja contratada corretamente. "Por esses motivos, o principal agente de mudança deve ser a sociedade. Daí a importância de se investir em conscientização", reforça.

> Com o passar do tempo, todos os subsistemas de uma edificação são passíveis de problemas. Daí a importância de se adotar inspeções periódicas e um plano de manutenção preventiva.
>
> VALDEMIR ROMERO
> **DECONCIC-FIESP**

No intuito justamente de alertar para essa problemática e levar informação adequada aos profissionais do setor e à população em geral, a Fiesp lançou o hotsite 'Guia da Edificação Segura'.

Desenvolvido pelo Deconcic, o material detalha fatores considerados importantes para a segurança das edificações, como adoção do projeto correto, contratação de mão de obra qualificada, uso de materiais de qualidade, instalação correta (serviço) e realização de inspeção e manutenção predial.

O hotsite traz também a definição, a importância e como evitar defeitos nos principais subsistemas (estrutural, hidráulica, gás, elétrica e incêndio), além de citar os riscos e perigos que rondam essas áreas e como evitar esses problemas (veja quadro nas páginas 18 e 19). O site ainda menciona as legislações existentes na área, reproduz notícias sobre segurança de edificações e traz diversos materiais para download.

O hotsite pode ser acessado pelos endereços www.fiesp.com.br/guia-edificacao-segura e www.fiesp.com.br/observatoriodaconstrucao/, bastando, neste segundo caso, clicar no link específico que aparecerá na tela.

Situação das instalações elétricas ainda é ponto crítico nas edificações

Conforme amplamente abordado por esta revista em reportagens anteriores, são muitos os perigos decorrentes do uso da energia elétrica, o que exige que essa utility receba atenção redobrada por parte dos fabricantes de produtos e equipamentos, construtoras, instaladoras e usuários finais.

Inclusive, esse assunto foi tema de palestra apresentada pelo engenheiro, consultor e professor Hilton Moreno durante o Workshop Edificação Segura, realizado pela Fiesp no final de outubro, na capital paulista (leia na sequência desta matéria como foram as demais apresentações).

Também diretor da HMNews Editora, Hilton iniciou sua apresentação mostrando fotografias de um avião, uma locomotiva, um ônibus e um elevador aparentemente malconservados. O especialista destacou que muitos provavelmente não se arriscariam a usar esses equipamentos, nem tampouco as autoridades permitiriam o funcionamento dos mesmos em tais condições. Depois Hilton exibiu a foto de um prédio residencial em condições no mínimo duvidosas e questionou: por que se mora nessas condições, e ainda por cima encarando o fato como normal?

Na sequência o palestrante mostrou uma série de fotos que retratam instalações elétricas em mau estado, portanto, inseguras aos usuários, e destacou que este é um problema concreto, que pode ser facilmente constatado. "Segurança de edificações não envolve só teoria. Não estamos falando de um assunto vago, que talvez aconteça. A situação que mostrei nas fotos existe na maioria das instalações. Estamos falando de situações reais. Se dermos uma volta na rua iremos encontrar prédios com problemas parecidos", alertou Hilton.

> É preciso dar atenção a todas as utilidades, mas principalmente à eletricidade e ao gás, que são capazes de matar.
>
> HILTON MORENO
> **HMNEWS EDITORA**

O palestrante forneceu ainda alguns

Fotos: Ricardo Brito/HMNews

dados que reforçam a gravidade da situação. De acordo com ele, em 2014, 45% das indenizações pagas pelas seguradoras envolvendo ocorrências nas edificações se deveram a problemas nas instalações elétricas.

E mais: no Brasil, cerca de 700 pessoas morrem por ano devido a acidentes envolvendo eletricidade. Só para efeito de comparação, em 2016, doenças como dengue, zika e chikungunya, juntas, mataram 794 pessoas, no País. "A área elétrica mata mais do que a maioria das doenças, individualmente. É preciso dar atenção a todas as utilidades, mas principalmente à eletricidade e ao gás, que são capazes de matar", reforça Hilton.

O especialista concorda que é preciso criar leis que obriguem a realização de inspeções nas edificações e também conscientizar os responsáveis pelos imóveis a fazerem atualizações e manutenções necessárias. "E nós sabemos fazer tudo isso. O Brasil dispõe de uma boa engenharia, além de tecnologia, conhecimento, soluções, materiais, normas técnicas e profissionais. O que precisa é estabelecer a exigência. A cultura da segurança dos usuários e do Poder Público tem de evoluir", conclui.

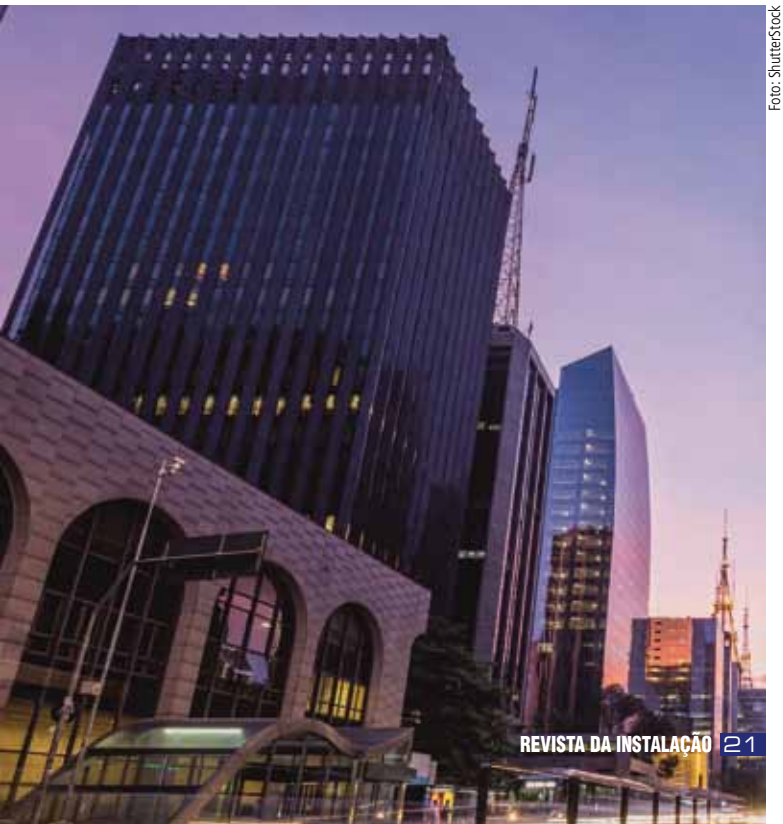

Foto: ShutterStock

Certificação de produtos e maior poder aos bombeiros

Foto: ShutterStock

O coronel Cassio Roberto Armani, comandante do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado de São Paulo, iniciou sua apresentação no Workshop Edificação Segura fazendo um apanhado geral sobre incêndios impactantes que ocorreram no Brasil e deixou no ar uma provocação: será que aprendemos com o passado?

De acordo com ele, o primeiro grande incêndio registrado em uma edificação ocorreu em uma fábrica do ABC paulista na década de 70, causando 30 mortes. As tragédias ocorridas nos edifícios Andraus (1972) e Joelma (1974), ambos na capital paulista, enfim inspiraram maior preocupação em relação à segurança contra incêndio. Mas foi somente após a ocorrência no Edifício Grande Avenida (São Paulo), em 1981, que surgiu a primeira legislação estadual sobre incêndio. Até então, o que havia nesse sentido eram recomendações dos bombeiros.

A linha do tempo da legislação estadual de combate a incêndio inclui decretos, publicados nos anos de 1983, 1993, 2001 e 2011 (vigente até o momento), além de diversas instruções técnicas dos bombeiros. Em São Paulo, existe no momento uma grande expectativa quanto à publicação de novos decretos pelo governador Geraldo Alckmin. Os documentos serão uma derivação da Lei Complementar 1.257/2015, que instituiu o Código Estadual de Proteção Contra Incêndios e Emergências.

Foto: Divulgação/André Telles

De acordo com Armani, o novo decreto de segurança contra incêndio mantém os níveis de exigência do documento atual, mas abre a possibilidade de se adequar, em termos de instruções técnicas, às novas normas brasileiras ou internacionais, quando não houver uma NBR.

Um dos principais aspectos que o novo decreto tratará é a necessidade de certificação dos produtos. A medida é vista com bons olhos, pois, conforme destaca Armani, existe hoje uma verdadeira invasão de produtos sem qualquer certificação na construção civil. Em se tratando de equipamentos de segurança contra incêndio, apenas um produto é certificado compulsoriamente no Brasil - o extintor. "Em países mais avançados, a certificação de produtos de segurança é compulsória. Já que em nível federal isso não foi feito, estamos fazendo em nível estadual. Logicamente, será de forma gradativa, para que o mercado possa se adequar", comenta Armani. Segundo ele, o pedido de maior rigor partiu dos próprios fabricantes brasileiros.

> Em países mais avançados, a certificação de produtos de segurança é compulsória.
> CASSIO ROBERTO ARMANI
> **CORPO DE BOMBEIROS**

Já o novo decreto que abordará o código de emergências tratará do poder de fiscalização. Hoje, os bombeiros paulistas só fazem vistorias mediante solicitação do proprietário, denúncia ou requisição de órgãos como o Ministério Público, por exemplo. Mas o novo código confere poderes aos bombeiros, que vão poder atuar mediante um plano de fiscalização, e não somente após solicitação.

Outra inovação esperada com os novos decretos é a oficialização do apoio do governo aos bombeiros civis e voluntários, que já existem na prática mas não estão previstos em nenhuma legislação. De acordo com Armani, somente no Estado de São Paulo existem bombeiros comunitários em pelo menos 11 cidades. O sistema é bastante utilizado em Estados como Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

A regulamentação que aguarda assinatura do governador Geraldo Alckmin traz ainda outra evolução: a questão do gerenciamento de risco de incêndio aparece pela primeira vez na legislação. Conforme detalha Armani, o gerenciamento envolve aspectos como análise de risco, plano de emergência, brigada de incêndio, manutenção predial e exercícios simulados.

Segurança e desenvolvimento

Como o investimento em segurança predial pode gerar desenvolvimento foi o tema da palestra apresentada por José Roberto Sevieri, diretor do Departamento de Segurança (Deseg) da Fiesp, durante o Workshop Edificação Segura.

Primeiramente o executivo destacou que a área da construção civil está entre os setores que mais registram acidentes do trabalho, questão essa que merece total atenção. Sevieri comentou também que um grande número de edificações prontas e ocupadas não possui grupos treinados para controlar situações de emergência nem plano de segurança.

JOSÉ ROBERTO SEVIERI

Foto: Divulgação Ayrton Vignola/Fiesp

Até mesmo as companhias de seguro, prossegue o executivo, não teriam contingente suficiente para investigar adequadamente os riscos inerentes à área da construção. De acordo com ele, em muitos casos o check-list é feito pelo próprio corretor que vende o seguro - situação essa que pode criar impasses no momento do cliente solicitar indenização, se a seguradora entender que o check-list não retrata a realidade.

Prosseguindo na lista de problemas que envolvem a área de segurança, Sevieri alerta que muitos equipamentos instalados não estão de acordo com os riscos existentes, simplesmente porque não há inspeção. Ele diz ainda que a grande maioria das edificações do Estado de São Paulo não tem o Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros.

Todos esses fatos remetem a muitas oportunidades, conforme observa o executivo da Fiesp. Além de contribuir para salvar vidas e proteger o patrimônio, o investimento em segurança das edificações gera desenvolvimento, à medida que permite o surgimento de novos negócios, cria empregos e gera renda e impostos, que se reverterão para a sociedade.

Para começar, novos produtos seriam desenvolvidos, ocupando o parque industrial instalado; também será necessário contar com instaladores especializados setorialmente e pessoas treinadas para operar e manter os sistemas funcionando adequadamente. O principal benefício de todo esse processo, entretanto, é a ampliação da cultura prevencionista de forma geral.

Controle da rotina

O arquiteto Pedro Mendes da Rocha, responsável pela reconstrução do Museu da Língua Portuguesa - que foi parcialmente destruído por um incêndio, há alguns anos -, falou sobre a importância de se monitorar a rotina dos edifícios, no intuito de manter a segurança das instalações.

De acordo com Rocha, ainda que uma construção tenha sido muito bem projetada, executada e conte com aprovação dos bombeiros, a segurança do ambiente dependerá muito do que acontece no dia a dia. A questão é que nem o arquiteto, nem o engenheiro, nem o bombeiro tem condições de controlar a rotina dos prédios, que podem sofrer alterações em sua concepção ou uso. "Tem que haver uma política de gestão do cotidiano desses edifícios no sentido de fazer valer aquilo que foi projetado e aprovado, e um cotidiano no sentido de evitar que qualquer risco es-

cape do controle e seja acrescentado ao edifício", destaca o especialista. No caso particular de um museu, por exemplo, é preciso total cuidado em relação às instalações provisórias, como uma exposição temporária. É necessário exercer uma espécie de zeladoria sobre todos elementos novos que venham a ser introduzidos no edifício, como dispositivos elétricos (iluminação, máquinas e equipamentos, etc), mobiliário, cenografia, etc. Afinal, essa inserção altera a configuração de risco que foi traçada por ocasião da vistoria inicial do prédio. "É preciso ter controle de toda alteração da situação inicial que havia sido aprovada", recomenda Rocha.

PEDRO MENDES DA ROCHA
Fotos: Divulgação Ayrton Vignola/Fiesp

Passando o bastão

A apresentação de Luiz Ricardo Santoro, secretário-adjunto de Serviços e Obras da Prefeitura de São Paulo abordou a questão da necessidade se controlar adequadamente o que acontece em uma edificação em todas as etapas.

De acordo com ele, é preciso que durante todo o ciclo de vida do prédio (viabilidade, projeto, contratação, execução e orientação final) tudo esteja interligado, para que não haja descontinuidade, em termos de conceito de segurança.

Ele disse que a administração municipal se preocupa que as empresas contratadas para fazer uma obra tenham capacidade técnica e também atendam à legislação de segurança do trabalho.

Ao término da obra, a Prefeitura faz todas verificações necessárias quanto ao funcionamento do prédio e procura obter os devidos documento comprobatórios, como alvará de funcionamento de elevadores e laudos de aterramento de para-raios.

Ao final dessas etapas ainda é feito um manual que será entregue para os responsáveis pela operação do prédio. "A questão da edificação segura é como uma corrida de revezamento, onde em cada etapa alguém tem que entregar o bastão na melhor condição possível para quem vai executar a etapa seguinte. Nossa preocupação no Departamento de Edificações é entregar a obra na melhor condição possível para os gestores".

LUIZ RICARDO SANTORO

Visão política

Carlos Alberto Cruz Filho, presidente da Associação Paulista de Municípios (APM), procurou fazer uma análise política dos temas debatidos durante o workshop da Fiesp. Inicialmente ele fez a citação de uma fala do ex-governador paulista Franco Montoro, dizendo que é preciso identificar os problemas e buscar as soluções no local onde mora o cidadão, os seja, no município. Na sequência ele mencionou a fala do ex-deputado Ulysses Guimarães, para quem os políticos precisavam ter sensibilidade para interpretar os recados que vêm das urnas.

Para Cruz, o 'recado' dado pelos eleitores de São Paulo, em 2016, foi o de que o eleitor está em busca de renovação e de gestores modernos e qualificados. Das 645 cidades do estado, 72% dos prefeitos eleitos nunca tinham ocupado esse cargo nem sido eleitos a nenhuma função pública, ou seja, são novos políticos (ou gestores).

O presidente da APM destacou também a dificuldade que muitas cidades têm para formar equipes técnicas para atuarem em áreas como a de segurança das edificações, lembrando que, enquanto a cidade de São Paulo possui milhões de habitantes, o município de Borá concentra apenas 830 cidadãos. Por conta disso, Cruz destacou a importância do lançamento do Guia da Edificação Segura, que tende a ajudar prefeitos e auxiliares para que se tomem todos os cuidados nas licitações das obras públicas e na análise e aprovação dos projetos das edificações particulares. "Esse cuidado é absolutamente fundamental. Daí a relevância desta iniciativa da Fiesp", elogia.

Coordenador da Frente Parlamentar da Indústria da Construção (FPIC), o deputado estadual Itamar Borges (PMDB) também parabenizou a Fiesp pelo lançamento do hotsite Guia da Edificação Segura, considerando essa uma forma de ajudar a inserir a cultura da segurança junto à população. O político aproveitou para convidar a entidade para participar do próximo congresso da Associação Paulista de Municípios, em abril de 2018, para debater temas como o Sistema Integrado de Licenciamento e a padronização dos Códigos de Obras dos municípios, além da segurança das edificações. ■

CARLOS ALBERTO CRUZ FILHO

ITAMAR BORGES